

Dia do Professor

Uma data para ser comemorada



Assembléia aprova voto pelo SIM no referendo do dia 23

Reunidos em assembléia no último dia 5 de outubro, os professores decidiram marcar nova assembléia no dia 10 de novembro. O local, o horário ou se haverá paralisação ou compactação de horário ficarão em aberto para serem definidos de acordo com o andamento das negociações.

Na última negociação com o Governo do Distrito Federal a secretária de Gestão Administrativa, Cecília Landim, informou que o governo pretende cumprir

todos os pontos acordados com o Sinpro durante a greve de março, embora reconheça que o cronograma acertado está atrasado.

A assembléia aprovou ainda o voto pelo “SIM” no referendo do próximo dia 23.

Para a diretoria do Sinpro é fundamental aumentar a mobilização, para garantir aumento salarial, implantação do plano de saúde, a criação de um programa habitacional entre outros pontos.

I NCLUSÃO RACIAL

I Encontro de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no DF

Será realizado nos dias 18 e 19 de novembro o I Encontro de Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no DF. O tema do evento é “Discutindo e Implementando Políticas de Igualdade Racial e Social”, numa promoção conjunta do Sinpro e do SAE.

O objetivo do encontro é elaborar políticas de inclusão racial para a prática cotidiana e a ação

pedagógica, a partir da nova realidade advinda da Lei 10.639, que obriga o ensino da cultura africana e dos afro-descendentes nas escolas brasileiras.

Durante os dois dias do evento haverá mostras religiosas, de capoeira, musicais e debates sobre cotas para afro-descendentes, entre outros. A programação completa você encontra no site do Sinpro: www.sinprodf.org.br

CCJ aprova o Fundeb

Agora Comissão Especial de parlamentares será formada para discutir o mérito da matéria

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou no último dia 29 a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 415/05, do Poder Executivo, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A comissão, no entanto, aprovou destaque da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) que retirou do texto a previsão de que a complementação do fundo seria realizada mediante a redução de outras despesas da União - inclusive as de custeio, de acordos com metas fiscais e da limitação de despesas correntes. Laura Carneiro acredita que a mu-

dança impedirá que o governo federal reduza os gastos com educação.

O deputado Sérgio Miranda (PDT-MG) concorda com o argumento da parlamentar. Ele explicou que incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) limites de despesas correntes contraria a Lei Complementar 95/98, que fixa as regras para a elaboração de leis.

Ampliação

A PEC 415/05 substitui o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que bene-

ficia, além dos estudantes de nível fundamental (1ª a 8ª série), os da educação infantil (pré-escola) e do ensino médio (2º grau).

De acordo com a proposta, o Fundeb será constituído de um percentual de 16,25% dos impostos e transferências a que têm direito os estados e o Distrito Federal no primeiro ano, sendo que esse percentual crescerá nos quatro primeiros anos até chegar a 20%.

Tramitação

A proposta tramita com outras seis PECs apensadas (em conjunto). Todas elas agora serão debatidas por uma comissão especial que será formada especificamente para esse fim.



Particulares: dissídio e assembléia dia 17

Os professores das escolas particulares decidiram fazer uma assembléia no dia 17 de outubro, às 14h, em frente ao TRT (Tribunal Regional do Trabalho), na 513 Norte. Neste dia haverá a audiência de instrução do nosso dissídio, a última tentativa de conciliação antes do julgamento.

A assembléia será acompanhada de um ato público, para que os professores possam acompanhar essa audiência. A proposta apresentada pelo Sinepe foi rejeitada pelos professores, que decidiram intensificar a mobilização e cobrar negociação.

Editorial

Artigo

Uma categoria que merece muito mais

Nesta edição do *Quadro Negro* fazemos uma homenagem à nossa categoria ao entrevistar professores em vários pontos do Distrito Federal. Fomos ouvir nossos colegas, suas experiências, dificuldades, anseios.

Nosso objetivo é resgatar um pouco da história de lutas e amor, da dedicação de milhares de profissionais que, apesar dos baixos salários e das más condições de trabalho, persistem obstinados com sua missão de educar. Alguns, depois de tantos problemas, optam por outras profissões, investem em concursos públicos: cansaram de adoecer, trabalhar demais, ser desvalorizados.

É justamente esse resgate que buscamos na IV Conferência de Educação do Distrito Federal, quando discutimos projetos político-pedagógicos, os nove anos do ensino fundamental, as políticas públicas para a educação e tantos temas que nos são de extrema relevância.

É esta a preocupação que o professor Antonio da Costa Neto, no artigo ao lado, demonstra ao destacar que o aluno precisa ser ouvido, ter espaço de participação, de decisão. Para tanto, ele chama para a necessidade dos próprios professores de investirem na formação continuada. É o que ele chama de conscientizar o educador, “um projeto infinito, que nunca se conclui, mas precisa ser iniciado”.

Com essa mesma visão publicamos uma carta da filósofa Marilena Chauí, na qual ela denuncia a manipulação das informações por parte da mídia, destacando “a mescla de espe-

táculo e terror, tornando mais difícil do que já era manifestar idéias e opiniões nela e por meio dela”, ao comentar os recentes episódios da política nacional, em particular as CPIs em curso no congresso.

Na contramão de todas as lutas dos professores, dos debates por avanços na educação e no país como um todo, da grita de intelectuais contra a manipulação da mídia e dos ataques gratuitos ao governo federal, vemos escolas convivendo com sérias dificuldades, que vão desde a ausência de material didático à falta de professores, com tentativas de imposição de substituições e total despreocupação quanto aos efeitos pedagógicos que tal des-caso provoca.

O caso de uma escola na Ceilândia, que chegou a ser interdita pela Vigilância Sanitária devido às péssimas condições, é um claro exemplo de que como o atual governo investe muito mais em pontes e viadutos do que no fundamental: a educação de nossas crianças e jovens.

A CPI da Educação em curso na Câmara Legislativa é uma expectativa de justiça, de punir quem se apropriou durante anos de recursos públicos de uma secretária especial, apenas em benefício próprio.

Por fim, queremos reforçar o convite para que todas as professoras e professores vão ao nosso baile, no próximo dia 15. É uma festa para dançar, se divertir e mostrar que, além de bons de ensino, também somos craques em alegria.

Feliz Dia do Professor!

POR UMA PEDAGOGIA PARA O TERCEIRO MILÊNIO^(*)

A grande maioria de nossas escolas continua na contramão da história, e, a primeira coisa a fazer é convencer os educadores desta dura e mesquinha realidade. Surgida no bojo das contradições históricas e para a manutenção de um capitalismo centralizador, periférico e desusado a escola convencional continua prestando muito mais desserviços do que propriamente ajudando a humanidade a crescer. Já é mais que tempo de alterarmos todos os seus padrões de funcionamento, sua ordem de valores e sua práxis cotidiana.

O que propomos é a formação do homem político, do cidadão inteiro, configurado na essência humana. Valorizar o ser superior em detrimento da aprendizagem apenas técnica dos ofícios, realizando a educação como exercício pleno e conscientizador, um ato político em toda a sua instância.

A complexidade do mundo atual cobra outros aprendizados muito mais densos, profundos. E a escola, muito pre-ocupada em dar respostas aos argumentos ditados pela perversidade das exigências capitalistas, negligencia quaisquer outros saberes buscando formar apenas o ser que trabalha e consome em potencial: ou seja, a escola prepara para uma vida minimamente vegetativa e não se dá conta do brutal atraso que tal fenômeno representa.

Raciocinemos pedagogicamente: Ao chegar à escola uma criança em especial – ou qualquer outro estudante – recebe pronto um pacote de imposições que incluem desde o estabelecimento rígido do horário, quem é a professora, os assuntos a serem tratados em uma ordem estabelecida, a roupa que deve vestir, o lance e até o local onde satisfazer suas necessidades pessoais. Tudo é imposto, engessando a sua possibilidade de ser sujeito atuante. Em nome da ordem e da disciplina, digase de passagem - a qualquer custo - comete-se contra o aluno uma imensa violência simbólica, que, logicamente, se constituirá em múltiplas formas de violência concreta no bojo da vida social dele enquanto pessoa. Advindo daí principalmente, a grande escalada da crise no mundo. Quem aprende em bases violentas, será violento, o que se consubstancia na relação ideológica como as coisas se dão, as decisões são tomadas, as políticas e diretrizes viram fatos concretos o que está intimamente ligado à forma como as pessoas são educadas.

Entendemos que é chegando o momento em que o aluno não só deve como precisa começar a decidir, a ser escutado, a dizer sim ou não, a optar, a exercer na prática a sua criticidade, a sua autonomia. Queremos uma juventude ciente do seu poder de transforma-

ção; que no vestibular saiba optar por uma carreira; que tenha espírito de cidadania; que ajude a transformar a sociedade. Mas como, se ela aprendeu sendo passiva, objeto da vontade do outro o tempo todo, a dizer sempre sim, a negligenciar suas vontades e desejos, a sublimar o seu prazer? Vejo ser esta a grande proble-

A maioria das escolas presta mais um desserviço do que ajuda propriamente a humanidade

matéria que emperra a qualidade da educação e da escola convencional, e, em nosso projeto: *Pedagogia da Complexidade – uma proposta de educação para o terceiro milênio*, estamos, em síntese, implementando alguma mudança de paradigma com vistas ao procedimento de atividades educativas que se traduzam na busca da tão sonhada melhoria da qualidade de vida, o grande objetivo de toda educação.

Em primeiro lugar, como já dissemos, faz-se necessário conscientizar o educador deste sério fato. Senão uma barreira intransponível, certamente uma das etapas mais complexas e difíceis que enfrentamos neste desafio. A formação dos educadores, de uma maneira geral, anacroniza, endurece a sua linha de raciocínio, redirecionando-a para os fins exclusivamente mercantilistas, o que faz parte da manutenção de um projeto educativo a serviço da hegemonia do poder e do favoritismo das elites de todo o mundo civilizado. Conscientizar o educador é um projeto infinito que nunca se conclui, mas de qualquer forma, precisa ser iniciado a partir de novas bases, levando-o a conhecer este conjunto de dis-funções, este câncer pedagógico, este absoluto anacronismo secular do sistema educacional e que acaba por adentrar na vida de muitas das nossas escolas.

Em seguida, não podemos mais entender como eficiente a escola que massifica seus procedimentos como se os alunos fossem todos iguais, a começar pela própria ignorância. Assim, propomos um enfoque permanente de pesquisa, coleta de dados para que a escola passe a conhecer mais de perto “as verdades individuais” dos seus alunos, seus problemas e necessidades afetivas, emocionais, econômicas e de aprendizagem.

É preciso ter um diagnóstico permanente de quem é o meu aluno, quais seus sonhos, desejos, objetivos, metas, angústias, carências, dificuldades e facilidades para aprender e operar com os conhecimentos que adquire, de como utilizá-lo a serviço das conquistas esperadas. Daí trabalharmos com uma educação para a complexidade da vida, do mundo e das suas exigên-

cias contemporâneas e não, com a linearidade simplista para a instrução daquilo que apenas perpetua o caos em que todos, sem exceção, nos encontramos inseridos, neste mundo caótico que nos cerca.

Para que possamos implantar esta ação pedagógica sujeita ao sucesso da escola, que refere a alegria, o prazer, a vontade de estudar, permanecer na escola, aprender, e, sobretudo, que minimize o grande sofrimento dos agentes escolares, principalmente dos alunos, vítimas incautas deste grande processo é que ainda

propomos que a escola realize com a implantação do nosso projeto:

- Conheça as potencialidades mentais e as diferenças histórico - vivenciais dos seus alunos e desenvolva em suas atividades didáticas e paradigmáticas os saberes que contribuam para formar o cidadão inteiro, ou seja: trabalhar a ludicidade, a beleza, o prazer, a estética e a subjetividade para desenvolver o potencial afetivo, sensitivo, a criatividade, a sensibilidade do aluno. Trazer o conhecimento lógico-científico para um maior desempenho racional tão necessário ao mundo de hoje. E, finalmente, ativar as atividades práticas, motoras e operacionais. Precisamos formar o indivíduo hábil para sentir, saber e fazer consciente e integradamente e não, caixas reprodutoras de teorias e mais teorias sem jamais agregar significados e praticidades, exatamente como a maioria das nossas escolas tem feito.

- Dê ao aluno oportunidades de discutir, de optar e de escolher, de ser agente e não, paciente de um programa de imposições pré-concebidas e que podem até ser as melhores, mas, na medida em que foram unilateralmente impostas, perdem todo o sentido político e teor educativo que julgamos ter.

- Diversifique as atividades educativas em detrimento de aulas e mais aulas. É mais que preciso o exercício vivo de se aprender no laboratório vivo do mundo e com o mundo, com as relações com os diferentes e os iguais, a relação direta com a natureza, as várias realidades, com todos os tipos de experimentações, com novos desafios. Utilize métodos para além da indução psicológica para a reprodução do que foi ensinado.

- Linearize o tratamento diário entre as pessoas, levando todos a se tratarem mutuamente por você, o próprio nome ou outras formas previamente estabelecidas entre ambos, minimizando títulos e padrões convencionais e hierárquicos de se tratar as pessoas, criando as mais difiníti-

vas seqüelas psico-emocionais com desmedidos padrões de violência entre as pessoas. Alguns educadores tendem a não valorizar, a achar bobagem este tipo de coisa, o que é profundamente lamentável e tem como causa a estreita visão de processo de como se lidar com tais fenômenos.

- Trabalhe os conhecimentos com relativa importância para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Diversifique os métodos, avalie o processo e, ao se avaliar, valorize o ser avaliado e não simplesmente o puna por não atingir a objetivos e metas tecnicamente elaborados e à revelia dos seus interesses, conhecimentos, enfim, da sua história individual e social.

Que a escola seja lúdica, desejável e não um tormento para a maioria daqueles que a freqüentam. Que trabalhe num plano catalisador da felicidade das pessoas, ensinando o que precisam e como precisam para viver melhor e com mais dignidade. Assim, repensar o teor ideológico da educação e da escola é um ponto absolutamente fundamental e que sintetiza tudo o que aqui propomos.

Implementar a visão de um planejamento da ação educativa a partir dos mínimos operacionais previamente estabelecidos, perguntando-se: a) o que fazer em educação? b) como fazer? c) para que fazer? d) para quem fazer? e) contra quem temos feito com tanta eficiência? É preciso que todos os envolvidos com a questão da educação das pessoas – e, sobretudo, da criança – façam este conjunto de reflexões longe dos teores de-

É necessário conscientizar o educador, mudar a formação que anacroniza o raciocínio

fensivos, da culpa pessoal e dos antagonismos estereis que não deixam levar tais discussões a sério. Perpetuando o caos da educação e, por conseguinte, da história da

humanidade por séculos, milênios a fio. Estamos na crucialidade da instância de educar para o bem, se de fato, queremos sobreviver ao caos insustentável que teimosamente insiste em se instalar.

E em última análise, educar para o bem significa respeitar a intuição do aluno; valorizar o seu conhecimento do mundo e da vida; reconhecer a sua identidade. Acrescentar e não, suprimir. Elevar e não, rebaixar o ser, conduzindo-o pelo e para o amor. Somente assim o indivíduo terá razões para comemorar a sua volta às aulas, ao invés de ter que lamentá-la profundamente.

Antonio da Costa Neto
antoniocneto@terra.com.br

Mestre em Educação, autor dos livros Paradigmas em educação no novo milênio (Ed. Kelps, 2003) e Escolas & Hospícios – ensaio sobre a educação e a construção da loucura (Ed. Photolitto, 2005). Professor e consultor educacional.

Cartas e e-mails

Endereços:

Sede: Setor Comercial Sul, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF. A/C da Secretaria de Imprensa
Fax: 3218-5631
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Monografias

A partir desta edição abrimos espaço para você, que fez ou está concluindo mestrado ou doutorado publicar em nosso jornal uma síntese da sua monografia. É o Quadro Negro cada vez mais aberto para a categoria. Os endereços para contato estão acima.

Sinpro-DF: sede: SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF
Tel.: 3218-5601/**Fax:** 3218-5607 (**Organização**), 3218-5631 (**Imprensa**), 3218-5619 (**Jurídico**)
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1. **Telfax :** 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106. **Telfax:** 3556-9105
Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Lisboa, Nonato e Valeska
Jornalistas: Afonso Costa e Junia Lara
Fotografia: Welber Souza - **Diagramação:** Wellington
Impressão: Gráfica Plano Piloto - **Tiragem:** 32.000 exemplares
Distribuição gratuita. Permitida a reprodução desde que citada a fonte

Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores no DF

Adalberto Duarte de Oliveira
Andreia Cristina Souza
Antonio Ahmad Usuf Dames
Antônio de Lisboa A. Vale
Berenice Darc Jacinto
Carlos Antoneto de S. Lima
César Santos Ferreira
Cláudia de Oliveira Bullos
Cláudia M. Amaral de Souza
Cleber Ribeiro Soares
Denilson Bento da Costa
Francis F Fernandes
Francisco Barbosa

Francisco Joaquim Alves
Gilza Lúcia Camilo Ricardo
Ilson Veloso Bernardo
Isabel Portuguez de S. Felipe
Izac Antônio de Oliveira
Jaima Fernandes de Queiroz
José Antônio Gomes Coelho
José Norberto Calixto
José Raimundo S.Oliveira
Lânia Maria Alves Pinheiro
Márcia Gilda Moreira
Marco Aurélio G. Rodrigues
Maria Augusta Ribeiro

Maria Bernardete D. da Silva
Maria José Correia Muniz
Misael dos Santos Barreto
Nazira Clotilde da Silva
Nelson Moreira Sobrinho
Raimundo Nonato Menezes
Rejane Guimarães Pitanga
Robson de Paiva Salazar
Rodrigo Pereira de Paula
Sebastião Honório dos Reis
Valdenice de Oliveira
Valesca Rodrigues Leão
Washington Luis D. Gomes

O Brasil deve adotar o financiamento público das campanhas eleitorais ?

SIM Que reforma política queremos?

A cada crise política nos deparamos com uma realidade nua e crua: o país necessita urgentemente de uma profunda reforma política. Há muito tempo essa demanda existe, mas nunca foi concretizada porque depende de um amplo debate na sociedade e da vontade política da maioria dos parlamentares no Congresso Nacional.

Além do mais, uma reforma política relevante para o país, necessariamente, levará à valorização da instituição partidária, em detrimento de personalidades – o que encontra resistência no atual sistema de representação. É verdade que corremos o risco de que a reforma seja incompleta e nem tão profunda assim.

Um dos principais problemas existentes na legis-

lação eleitoral diz respeito ao financiamento de campanha. Acredito que a democracia brasileira deva prescindir do financiamento privado e implantar o financiamento público nas campanhas eleitorais. O histórico de doações financeiras da iniciativa privada para candidaturas eleitorais em todo o país ocasiona na sociedade uma sensação de suspeita.

Mais que isso, esse sistema mostrou-se eticamente vulnerável a pressões econômicas no pós-eleitoral. Aos olhos de cidadãos e cidadãs, observa-se uma

difícil relação entre doador e candidato eleito. Mesmo que não existam provas, recai sobre os agentes envolvidos a grave suspeição de favorecimento político ou de uma relação promíscua entre as partes, muitas vezes difícil de explicar.

Diante de tal realidade, torna-se imprescindível a implantação do financiamento público de campanha que custaria ao país aproximadamente R\$ 800 milhões, por pleito. Todos os partidos políticos, legalmente constituídos, receberiam recursos públicos, dentro de critérios justos e objetivos de repartição. Em

compensação, teriam responsabilidade maior na prestação de contas que seria mais rigorosa e com apresentação de parciais da contabilidade para facilitar o acompanhamento da Receita Federal e da Justiça Eleitoral. O financiamento privado ficaria abolido das campanhas eleitorais e infrações nesse sentido seriam qualificadas como ato criminoso, punido na forma da lei.

Considero também oportuno que se redefina o modelo e o formato das campanhas eleitorais. É preciso reduzir os custos e re-dimensioná-las dentro de

um padrão mais compatível com os recursos destinados aos partidos políticos. Então não cabem grandes estruturas com shows, superproduções de material, gravações externas para os programas de TV e outras peças que extrapolam os limites suportáveis de recursos.

Destaco a necessidade de separar as contas normais do partido das despesas eleitorais que devem ter contabilidade própria.

E, por último, ressalto a importância de aumentar o poder do eleitor que, atualmente, se restringe à hora

do voto. Está na hora de ampliar os instrumentos de participação. É preciso regulamentar o artigo 14 da Constituição Federal para dar consequência ao plebiscito, referendo e à iniciativa popular.

Todas essas questões, evidentemente, não são fáceis e exigem um grande esforço de discussão na sociedade e no parlamento. É importante que haja mobilização em torno da reforma política. Afinal, uma resposta à sociedade somente terá valor se, de fato, alguma coisa no sistema eleitoral mudar para melhor.

José Pimentel é deputado federal (PT-CE) e secretário nacional de Finanças do Partido dos Trabalhadores

Uma reforma política relevante levará o país à valorização da instituição partidária

Destaco a necessidade de separar as contas normais dos partidos das despesas eleitorais

NÃO A quimera da Reforma Política

A grande operação abafa nessa crise é a brincadeira da reforma política como solução para todos os males. E não é. Reforma política é um assunto importante para o país. Mas, neste momento, não há condições políticas para isso. Claramente não há. Um assunto está sendo contaminado pelo outro. Na minha opinião, discutir financiamento público ou privado de campanhas públicas não é saída para o combate à corrupção. Há, na base disso, o equívoco em supor que a corrupção ocorre por motivação política. Ocorre por motivação econômica. E a motivação econômica faz uso das fragilidades políticas. Os esquemas de corrupção entram no ordenamento político eleitoral, se aproveitam de certas vulnerabilidades que existem ali

para agir.

Sobre o financiamento público exclusivo, o que há de mais fenomenal, e isso faz parte de uma operação abafa deliberada, é dizer que o motivo pelo qual existe caixa 2 em campanhas eleitorais é a existência de financiamento privado em caixa 1. Isso não tem nenhuma lógica. Por que motivo acabar com o caixa 1 acabaria com o caixa 2? O caixa 2 existe porque são feitos negócios escusos. Em período pré-eleitoral, representa a promessa de vantagens ilícitas a serem auferidas depois da eleição. Em período pós-eleitoral,

representa o pagamento de propina referente à vantagem já conseguida. O dinheiro de caixa 2 é de caixa 2 das empresas. Ele já é ilícito em sua origem. O caixa 2 em campanha eleitoral não vai acabar porque o interesse econômico vai aparecer. Quando se fala em financiamento eleitoral, a motivação fundamental para discutir o assunto não pode ser a corrupção. É preciso perguntar o seguinte: como o modelo de financiamento distorce a representação popular? Qual a distorção que o modelo de financiamento traz para a representação? Fazemos análise de finan-

ciamento eleitoral com os dados do TSE. Dá para saber quem paga quem, quais setores financiam quais partidos e candidatos. Uma coisa que se verifica nos dados é que, no Brasil, o grande eleitor é o dinheiro. Candidatos que não obtêm financiamento num patamar mínimo não são eleitos. Ou seja, o poder econômico tem uma influência indevida na representação política no Brasil.

guinte: para cada real recebido por um candidato ou partido, de pessoa física, abaixo de certo patamar, o Estado coloca outro tanto. É uma forma de usar o financiamento público, mas não exclusivo, para favorecer a expressão das camadas populares. Se eu sou candidato e recebi R\$ 15 mil de doações até R\$ 50, de pessoas físicas, o Estado vai lá e me dá mais R\$ 15 mil para eu pagar as minhas campanhas. Isso tem o efeito de aumentar a disseminação da relação partidária na sociedade, reduzir o patamar de doação de empre-

sas privadas. Acredito que o povo brasileiro tem cultura para isso, o que seria muito mais razoável. Existem outros mecanismos parecidos, que dão mais poder para o cidadão. O essencial é não comprar peixe podre, não aceitar conversinha destinada a desviar a atenção do que é importante. Para combater a corrupção, o que interessa é determinar e combater os mecanismos de aproveitamento da função pública para satisfazer direitos privados.

Cláudio Weber Abreu é diretor executivo da Organização Transparência Brasil – esse artigo teve como base uma entrevista concedida pelo autor ao site do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas)

A corrupção entra no ordenamento político eleitoral, se aproveita das vulnerabilidades

O poder econômico tem uma influência indevida na representação política no Brasil



O professor faz a DIFERENÇA

Nós todos sabemos: o professor faz a diferença! Democracia nas escolas, salas de aula adequadas, equipamentos pedagógicos modernos e atraentes são fundamentais, mas não há dúvida de que o professor é o verdadeiro protagonista do processo de ensino-aprendizagem. Aquele que luta para fazer acontecer o milagre da aquisição do conhecimento, transformando cidadãos e construindo cidadania.

Qual de nós não se lembra de pelo menos um professor ou professora que foi determinante para nossa formação? Quantos de nós não foram atraídos para uma disciplina pela forma criativa e entusiasmada com que o educador transmitia seu conhecimento?

Como bem lembrou a professora Olga Freitas, retratada neste jornal por desenvolver um programa de computador para facilitar a alfabetização de

surdos, Anísio Teixeira disse uma vez que só a educação não vai mudar o mundo, mas sem ela o mundo não muda.

Mesmo com baixos salários, perseguições nas escolas, falta de incentivo a formação, os professores continuam a fazer a diferença, tanto em relação a qualidade do ensino quanto à formação de mentes democráticas e voltadas para uma cultura de paz.



Professora Sintia Matias,
Centro de Ensino Fundamental 01, Paranoá.

Professora do ensino especial Sintia fez essa opção pois convive desde criança com alguns familiares portadores de necessidades especiais. Apesar da vontade de trabalhar com aqueles alunos que mais necessitam, está cansada. O salário, a gratificação, as condições de trabalho não

compensam, desabafa.

Ela se sente desmotivada e por isso está estudando para um concurso público, quer largar a profissão.



Professora Ana Cláudia Silva Domingues,
CEd, Guará.

Ana Cláudia estava predestinada a ser educadora. Filha de professora foi matriculada pelos pais no Curso Normal ainda muito nova. Como sempre gostou de estudar, viu com naturalidade essa continuidade da vida letiva.

Com 18 anos de experiência na rede pública, afirma que ocorreram muitas mudanças nos últimos anos. “Os pais estão cada vez mais ausentes. Antigamente nas reuniões as escolas ficavam lotadas. Os alunos também mudaram muito o comportamento. Hoje são mais rebeldes, estão mais afastados da escola, que não oferece uma série de recursos existentes, como a informática, a mídia em geral”.

Alguns professores também estão desestimulados, falam em concursos, pois a carga horária é excessiva, as salas estão lotadas – até 40 alunos, há muito desgaste emocional e mental, além de muito trabalho em casa.

“Com isso você deixa de ter lazer, perde qualidade de vida, você sobrevive, não vive.” Ela conta que em 2001 passou em um concurso nacional para professores para representar o Brasil em Israel. Não conseguiu patrocínio nenhum, teve que pagar do próprio bolso.

Sobre o Plano de Carreira analisa que privilegia os mais novos, pois o salário inicial até que atrai. Mas quem está no final da carreira é prejudicado, fica quase equiparado.

Critica ainda as mudanças na aposentadoria, já que penalizam os professores que começaram mais cedo e têm um pedágio muito alto, de 2,5% por ano.

Fala em fazer um concurso público e conclui: posso até dar aula, mas em um cursinho, como prazer, porque gosto de ensinar.



Professora Lucilene de Souza Chaves,
CAIC Anísio Teixeira, em Ceilândia.

Professora há oito anos, Luciene está no Caic Anísio Teixeira desde 1999, onde leciona na segunda série do ensino fundamental.

Idealista quanto a profissão de professora, Luciene lembra com carinho da primeira criança que alfabetizou, na época que ainda trabalhava com contrato temporário.

Para ela, ensinar é gratificante, “é uma realização da gente que nos faz sentir mais útil, cidadã”.

- A educação é primordial para tudo, todos passam por um professor. A base de qualquer sociedade para avançar, ter sucesso, está na educação. Me sinto responsável, é aquela sementinha que estou plantando, explica Luciene com visível emoção.

Apesar disso, Luciene vê com certo ceticismo a profissão, já que “a sociedade não vê o professor como deveria, não existe a mesma valorização, a mesma importância social de antigamente. Os pais são o exemplo mais gritante, pois antes tinham mais respeito com os professores, mas hoje em dia são os primeiros a jogar pedra”.

Para ela, falta mais politização da categoria para lutar por seus direitos. Ela tem carga de oito horas por dia, afora mais quatro ou cinco horas em casa. Isso, acrescido do baixo salário, estão tirando o ânimo da jovem Lucilene, que já pensa em largar a profissão e fazer um concurso público. “Depois, quando estiver estabilizada, aí vou me reencontrar e voltar para a profissão, provavelmente na orientação,” sonha.



Professora Solange Mendes Rangel,
Escola Classe 18, Taguatinga.

Quando fomos entrevistar a professora Solange ela estava doente, de licença médica, mas ainda sim presente na escola, para que seus alunos não fossem prejudicados. “É um projeto que conta a história de cada aluno. Não seria justo eles não participarem da culminância, por isso tive que vir. Os outros professores estão cuidando das suas turmas, sobrecarregados, não podiam me substituir”.

Solange conta que entrou na profissão pela “mão de Deus”. – estava indecisa sobre o que fazer e algumas amigas resolveram se inscrever. “Fui junto e me apaixonei. Já abandonaram a profissão.”, afirmou Segundo ela, durante todos

esses anos, encontrou amigas em melhores empregos, mas não conseguiu largar a profissão. Sinto-me gratificada, mas desgastada depois de 20 anos de profissão e com problema na voz devido ao uso excessivo. Eu sou alfabetizadora, durante todos esses anos estive em sala de aula. Não tem preço você chegar no final do ano e ver os resultados do seu trabalho. A remuneração é importante, claro, mas se fosse para pensar assim já teria saído há muito tempo.”

Solange conta uma história que a emociona: uma aluna sua colocou no portfólio da conclusão do curso de Direito uma fotografia dela. Soube por uma amiga em comum, que viu o portfólio com a foto e a avisou. Ela sequer sabe o nome da aluna, mas a homenagem lhe marcou profundamente.

A professora lembra que a remuneração dos professores vem caindo sistematicamente, está totalmente defasada. “Quando entrei, há vinte anos, recebíamos o correspondente a 22 salários mínimos em média, o que corresponderia hoje a R\$ 6.600,00”.



Professora Dione Salgado,
Aposentada, 20 horas, Planaltina.

Dione trabalhou durante 25 anos em sala de aula. Se aposentou em 97, mas fez novo concurso em 2001 e voltou a lecionar em 2002, com jornada de 20 horas.

Para ela, mais do que a educação, o que está sendo desvalorizado são os alunos. Dos 200 dias de aula, uns 20 por ano os alunos vão para casa. Para quem é professor por ideal, comenta, isso é muito triste.

Dione enfatiza, entretanto, que o maior responsável é o governo, não os professores. “A própria Regional de Ensino, quando não coloca professor substituto, está desvalorizando os alunos” afirma ela. Aponta, ainda, a falta de cursos de reciclagem como outra grande lacuna, bem como a ausência de coordenadores.

Nessa preocupação com os alunos, Dione pergunta: qual o futuro deles? Nunca serão bons profissionais.



Professor Haroldo, E.C. 21, Gama.

Ao entrevistar o professor Haroldo ficamos impressionados com a alegria das crianças, com a participação, com o alto astral da aula.

Ao invés de perguntas e respostas preferimos acompanhar as brincadeiras de macaco, de borboleta, os “vôos” das crianças, totalmente absortas nas instruções do professor, que conseguia estabelecer um clima gostoso, mas fazendo exercícios e mantendo o controle sobre a turma. Uma aula de dedicação e integração.

Professora Edna Sheeína, CEF 101, Recanto das Emas.

Desenvolvendo a função de psicóloga na Escola CEF 101, Recanto das Emas, Edna gosta do ambiente escolar e destaca que “é o segundo lugar onde se forma a personalidade do indivíduo”, ela acredita que o seu trabalho também é de formação da identidade da criança.

Apesar da pouca experiência, pois exerce a função há pouco tempo, identifica carência de afeto nas crianças, falta de estímulo por parte da família, insuficiência alimentar e condições materiais inadequadas.

Segundo ela, isso faz com que os alunos não tenham o hábito de estudar, fazendo com que os professores muitas vezes se sintam de pés e mãos atadas.

Concorda com as críticas dos mais experientes quanto aos salários: “pra quem está começando está bom, mas a diferença é pequena para quem está há muito tempo”, conclui.



Professora Ozita Lima, EC108, Samambaia.

A professora Ozita tem experiência nacional, pois a cada dois anos muda de estado para acompanhar o marido, que é militar.

Já tendo lecionado no Rio Grande do Sul, Maranhão, Amazonas, Amapá e Mato Grosso do Sul, entre outros, diz que a situação dos professores no Distrito Federal é melhor do que em outros estados. Ao comparar com Santa Maria (RS), conta que lá a jornada é de 44 horas, há trabalho aos sábados e os salários são menores. “Se os professores daqui conhecessem a real situação do país veriam de outro modo suas dificuldades”, analisa.

Ainda assim Ozita acha as greves justas porque os professores são desvalorizados e faltam incentivos. Chega a lembrar que é a única categoria a fazer reposição.



Professora Ana Paula Speich Cesar, Centro de Ensino 1º Grau, GAN, Asa Norte.

“Desde que me conheço por gente tenho vontade de transmitir conhecimento e isso se reflete no final do ano, quando vejo que os alunos conseguiram aprender o que ensinei.”

Essa empolgação que Ana Paula transmite, entretanto, muda quando fala sobre as condições de trabalho: “o salário é ruim, não tem material didático, nós temos que nos virar para dar uma aula”.

Mesmo com o Plano de Carreira, diz que a situação continua ruim e lembra o tíquete-refeição, de R\$ 99,00, afóra os descontos. “Professor não come só isso. A não ser que achem que a gente é muito gordo”, ironiza.

Uma experiência inesquecível na carreira de Ana Paula ocorreu com um aluno portador de necessidades especiais, que andava de cadeira de rodas. Após se inteirar do problema e saber que além do problema motor também existia uma barreira psíquica, passou a estimulá-lo a tentar andar e treinar a coordenação motora. Depois de algum tempo o aluno começou a andar de muletas e até hoje mantém contato com ela, tendo feito inclusive uma operação.

A professora Cláudia Sanzonowicz, ao lado dela na entrevista, acredita que as escolas particulares valorizam mais os professores (talvez sem saber que em muitas escolas particulares nem carteira de trabalho eles assinam) se eles cumprem o papel de ensinar. Já na rede pública, explica, basta cumprir horário, não há compromisso com o resultado, o aprendizado.

Ela mostra o contracheque ironicamente, para confirmar a falta de valorização dos professores.



Professora Sandra Beatriz, Centro de Ensino Médio 01, Sobradinho.

Quando começou a faculdade, Sandra queria arranjar um emprego rapidamente. Logo depois casou e teve filhos. Como gosta muito de Geografia fez a opção por ser educadora.

Para ela, os alunos vêm com uma bagagem muita fraca, não sabem se expressar, cometem muitos erros de ortografia. Credita isso a falta de acompanhamento dos pais. “Existem alunos que vêm procurar um psicólogo, pedir orientação. Eles querem ajuda no conteúdo, mas querem também um amigo”.

Apesar de gostar do que faz Sandra pretende fazer um concurso público e mudar de profissão. “O salário é muito baixo, a carga horária exagerada, exige que a gente trabalhe em casa, inclusive nos finais de semana”.

Professora Rita Barreto de Sales Oliveira, CEF 03, Asa Sul.

Minha vocação vem da infância. Quando criança já adorava brincar de escolinha. A afirmação de Rita justifica sua adoção pela profissão, uma vocação que se consolidou durante o curso Normal, época em que os professores “ganhavam razoavelmente bem”.

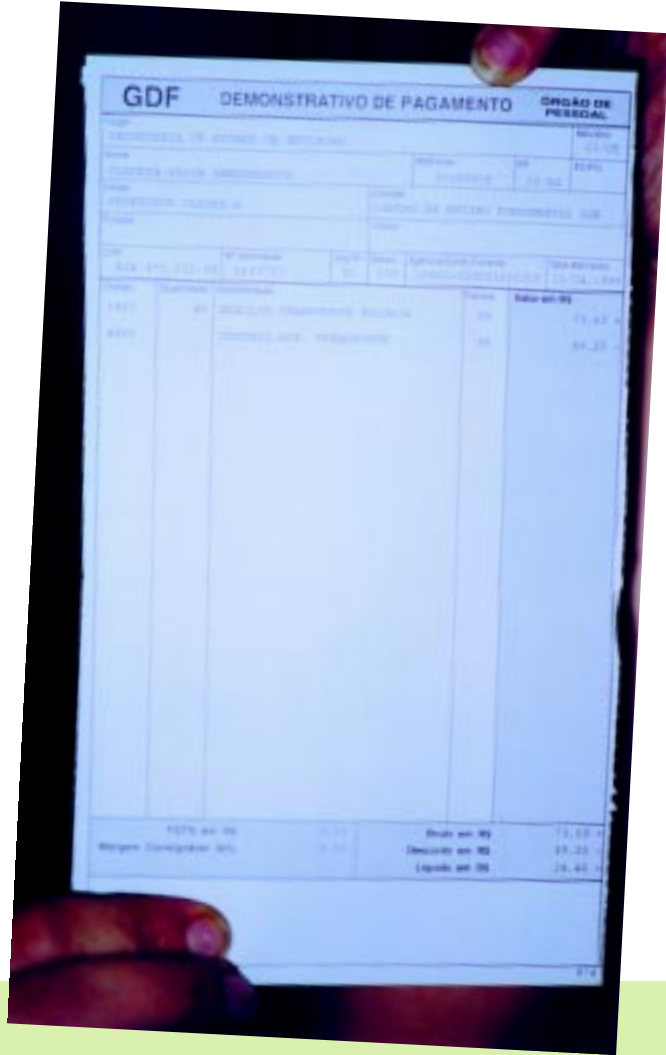
Também formada em Letras, diz que “atualmente está complicado, já que a educação não é prioridade do governo”.

Para demonstrar essa ausência de prioridade cita as dificuldades do Sinpro em conseguir audiências com representantes do governo durante as campanhas salariais e as próprias negociações, sempre cheias de obstáculos.

Todos esses problemas, segundo ela, levam uns 30% da categoria a procurar outros horizontes, buscar melhores salários e condições de trabalho. Dentre estes, explica, muitos gostam da profissão, mas se vêm desvalorizados, sem opção.

Essa situação, lembra, reflete no comportamento dos alunos e dos próprios pais. Contou o caso de um aluno que recebeu uma advertência após deixar de trazer o livro sucessivas vezes. A mãe dele, ao invés de tomar uma providência, me mandou um bilhete desaforado, achando que era implicância com o filho dela.

Apesar de tudo isso, Rita envia uma mensagem: “que a gente nunca desista da educação porque ela ainda vai mudar o país”.



Artigo

Marilena Chauí fala sobre onipotência da mídia

A filósofa Marilena Chauí, endereçou uma carta em 31 de agosto a seus alunos da USP (Universidade de São Paulo), em que explica o seu suposto “silêncio” a respeito da crise, ela que é uma das intelectuais de esquerda mais respeitadas do país. Com uma série de dados mostra que como a mídia manipula para transformar em verdade incontestável aquilo que lhe interessa. Vale a pena conferir sua reflexão.



“Prezados alunos, Soube, por alguns colegas professores, que muitos de vocês estão intrigados ou perplexos com meu suposto “silêncio”. Digo suposto porque, como lhes mostrarei a seguir, essa imagem foi construída pelos meios de comunicação, particularmente pela imprensa. Na verdade, tenho falado bastante em vários grupos de discussão política que se formaram pelo país, mas tenho evitado a mídia e vou lhes dizer os motivos. Antes de fazê-lo, porém, quero fazer algumas observações gerais.

1. Vocês devem estar lembrados de que, durante o segundo turno das eleições presidenciais, a mídia (imprensa, rádio e televisão) afirmava que Lula não iria poder governar por causa dos radicais do PT, isto é, pessoas como Heloisa Helena, Babá e Luciana Genro. Vocês não acham curioso que, de meados de 2003 e sobretudo hoje, essas pessoas tenham sido transformadas pela mesma mídia em portadores da racionalidade e da ética, verdadeiros porta-vozes de um PT que foi traído e que teria desaparecido? Como indagava o poeta: “Mudou o mundo ou mudei eu?”. Ou deveríamos indagar: a mídia é volúvel ou possui interesses muito claros, instrumentalizando aqueles que podem servi-los conforme soprem os ventos?

2. Vocês devem estar lembrados de que, desde os primeiros dias do governo Lula, uma parte da mídia, manifestando preconceito de classe, afirmava que o presidente da República, não tendo curso universitário nem sabendo falar várias línguas, não tinha competência para governar? Cansando dessa tecla, que não surtia resultado, passou-se a ironizar e criticar os discursos de Lula e seus improvisos. Não tendo isso dado resultado, passou-se a falar o populismo presidencial, isto é, a forma arcaica do governo. Como isso também não deu resultado, passou-se a falar num país à beira da crise, alguns chegando a dizer que estávamos numa situação parecida com a de março de 1964 e, portanto, às vésperas de um golpe de Estado! Como o golpe não veio (ele veio agora, sob a forma de um golpe branco), passou-se a falar em crise do governo (as divergências entre Palocci e Dirceu) e em crise do PT (as divergências entre as tendências).

Penso que um dos pontos altos dessa seqüência foi um artigo de um jornalista que dizia que, na arma do policial que matou o brasileiro em Londres, estava a impressão digital de Lula, pois não criando empregos, forçara a emigração! Além de delirante, a afirmação ocultava: a) que aquele brasileiro estava na Inglaterra há cinco anos (emigrou durante o governo FHC); b) estavam publicados os dados de crescimento do emprego no Brasil nos últimos dois anos. Eu poderia prosseguir, mas creio ser suficiente o que mencionei para que se perceba que

estamos caminhando sobre um terreno completamente minado.

3. As duas primeiras observações me conduzem a uma terceira, que julgo a mais importante. Vocês sabem que, entre os princípios que norteiam a vida democrática, o direito à informação é um dos mais fundamentais. De fato, na medida em que a democracia afirma a igualdade política dos cidadãos, afirma por isso mesmo que todos são igualmente competentes em política. Ora, essa competência cidadã depende da qualidade da informação cuja ausência nos torna politicamente incompetentes. Assim, esse direito democrático é inseparável da vida republicana, ou seja, da existência do espaço público das opiniões. Em termos democráticos e republicanos, a esfera da opinião pública institui o campo público das discussões, dos debates, da produção e recepção das informações pelos cidadãos. E um direito, como vocês sabem, é sempre universal, distinguindo-se do interesse, pois este é sempre particular. Ora, qual o problema? Na sociedade capitalista, os meios de comunicação são empresas privadas e, portanto, pertencem ao espaço privado dos interesses de mercado; por conseguinte, não são propícios à esfera pública das opiniões, colocando para os cidadãos, em geral, e para os intelectuais, em particular, uma verdadeira aporia, pois operam como meio de acesso à esfera pública, mas esse meio é regido por imperativos privados. Em outras palavras, estamos diante de um campo público de direitos regido por campos de interesses privados. E estes sempre ganham a parada.

Apesar de tudo o que lhes disse acima, fiz, como os demais (no mundo inteiro, aliás), uso dos meios de comunicação, consciente dos limites e dos problemas envolvidos neles e por eles. Exatamente por isso, hoje, vocês perguntam por que não os usei para discutir a difícil conjuntura brasileira. Tenho quatro motivos principais para isso. O primeiro, é de ordem estritamente pessoal. Os que fizeram meu curso no semestre passado sabem que mal pude ministrá-lo em decorrência do gravíssimo problema de saúde de minha mãe. Aos 91 anos, minha mãe, no dia 24 de fevereiro, teve um derrame cerebral hemorrágico, permaneceu em coma durante dois meses e, ao retornar à consciência, estava afásica, hemiplégica, com problemas renais e pulmonares. De fevereiro ao início de junho, permaneci no hospital, fazendo-lhe companhia durante 24 horas. Cancelei todos os meus compromissos nacionais e internacionais, não participei das atividades do ano Brasil-França, não comparei às reuniões do Conselho Nacio-

nal de Educação, não participei das reuniões mensais do grupo de discussão política e não prestei atenção no que se passava no país. Assim, na fase inicial da crise política, eu não tinha a menor condição, nem o desejo, de me manifestar publicamente.

O segundo motivo foi, e é, a consciência da desinformação. Vendo algumas sessões das CPIs e noticiários de televisão, ouvindo as rádios e lendo jornais, dava-me conta do bombardeio de notícias desencontradas, que não permitiam formar um quadro de referência mínimo para emitir algum juízo. Além disso, pouco a pouco, tornava-se claro não só que as notícias eram desencontradas, mas que também eram apresentadas como surpresas diárias: o que se imaginava saber na véspera era desmentido no dia seguinte. Mas não só isso. Era também possível observar, sobretudo no caso dos jornais e televisões, que as manchetes ou “chamadas” não correspondiam exatamente ao conteúdo da notícia, fazendo com que se desconfiasse de ambos. A desinformação (como disse alguém outro dia: “da missa, não sabemos a metade”), não permitindo análise e reflexão, pode levar a opiniões levianas, num momento que não é leve e sim grave.

Além disso, a notícia já é apresentada como opinião, em lugar de permitir a formação de uma opinião. Por isso mesmo, a forma da notícia tornou-se assustadora, pois indícios e suspeitas são apresentados como evidências, e, antes que haja provas, os suspeitos são julgados culpados e condenados. Esse procedimento fere dois princípios afirmados em 1789, na Declaração dos

Direitos do Homem e do Cidadão, quais sejam, todo cidadão é considerado inocente até prova em contrário e ninguém poderá ser condenado por suas idéias, mas somente por seus atos. Ora, vocês conhecem o texto de Hegel [filósofo alemão, 1770-1831], na “Fenomenologia do Espírito”, sobre o Terror (em 1793), isto é, a transformação sumária do suspeito em culpado e sua condenação à morte sem direito de defesa, morte efetuada sob a forma do espetáculo público. Essa perspectiva, como vocês também sabem, é também desenvolvida por Arendt [Hannah Arendt, filósofa alemã, naturalizada norte-americana, 1906-1975] e Lefort [Claude Lefort, filósofo francês] a respeito dos totalitarismos e seus tribunais, e para isso ambos enfatizam, na Declaração de 1789, o princípio referente à não criminalização das idéias, assinalando que nos regimes totalitários a opinião dissidente é tratada como crime.

Assim, na presente circunstância brasileira, a impressão geral deixada pela mídia é da mescla de espetáculo e terror, tornando mais difícil do que já era manifestar idéias e opiniões nela e por meio dela. Meu terceiro motivo será compreendido por vocês quando lerem os artigos de jornal que inseri no final desta carta. Um artigo foi escrito antes da posse de Lula [“Desconfiança saudável”, na Folha, em 8.dez.2002], alertando para o risco de uma “transição”, isto é, um acordo com o PSDB. Os outros dois foram escritos em 2004, quando do “caso Waldomiro” [ambos na Folha: “A disputa simbólica”,

em 18.fev.2004, e “Em prol da reforma política”, em 11.mar.2004]. Ambos insistem na necessidade urgente da reforma política. Os fatos atuais (ou o que aparece como fato) não modificam em nada o que escrevi há quase um ano, pelo contrário, reforçam o que havia dito e por isso não vi razão para voltar a escrever, pois eu escreveria algo ridículo, do tipo: “Como já escrevi no dia tal em tal lugar...”. Ou seja, se meu segundo motivo me leva a considerar que não há a menor condição para opinar no varejo sobre cada fato ou notícia, o meu terceiro motivo é que, no que toca ao problema de fundo, já me manifestei publicamente.

Resta o quarto motivo. Aqui, há duas ordens diferentes de fatos que penso ser necessário apresentar. A primeira, se refere ao ciclo “O Silêncio dos Intelectuais”; a segunda, à atitude da mídia. Há 20 anos, Adauto Novais organiza anualmente ciclos internacionais de conferências e debates sobre temas atuais. Sempre com um ano de antecedência, Adauto se reúne com alguns amigos para discutir e decidir o tema do ciclo. Participo desse grupo de discussão. Em abril de 2004, quando nos reunimos para decidir o ciclo de 2005, alguns membros do grupo (entre os quais, eu) preparavam-se para um colóquio, na França, cujo tema era “Fim da Política?”, outros iam participar de um seminário, nos Estados Unidos, sobre o enclausuramento dos intelectuais nas universidades e centros de pesquisa, e outros iniciavam os preparativos para a comemoração do centenário de Sartre, símbolo do engajamento político dos intelectuais.

Nesse ambiente, acabamos propondo que o ciclo discutisse a figura contemporânea do intelectual e Adauto propôs como título “O Silêncio dos Intelectuais”. Uma vez feitos os convites nacionais e internacionais aos conferencistas, recebidas as ementas e organizada a infra-estrutura, Adauto fez o que sempre faz: com muitos meses de antecedência, conversou com jornalistas, passou-lhes as ementas, explicou o sentido e a finalidade do ciclo.

Ou seja, no início de 2005, a imprensa tinha conhecimento do ciclo e de seu título. E eis que, de repente, não mais que de repente,

durante a crise política, alguns falaram do “Silêncio dos Intelectuais”, referindo-se aos intelectuais petistas! Curiosa escolha de título para uma matéria jornalística... [“O silêncio dos inocentes”, reportagem da Folha em 19.jun.2005] Veio assim, sem mais nem menos, por pura inspiração. Mais curiosa ainda foi essa escolha, se se considerar que, ao longo de 2005, praticamente todos os intelectuais petistas (talvez com exceção de Antonio Candido e de mim) se manifestaram em artigos, entrevistas, programas de rádio e de televisão!!! Onde o silêncio? Como eu lhes disse, notícias não produzidas sem ou contra os fatos. E com as notícias vieram as versões e opiniões, os julgamentos sumários e as desqualificações públicas, culminando no tratamento dado ao ciclo, quando este se iniciou.

A mídia decidiu que o ci-

clo se referia aos intelectuais petistas, apesar de saber que fora pensado em 2004, de ler as ementas, de haver participantes que não são petistas, para nem falar dos conferencistas estrangeiros. O ciclo virou espetáculo.

Uma revista afirmou que, entre os patrocinadores (Minc, Petrobras e Sesc), estavam faltando os Correios. Uma outra afirmou que os participantes eram intelectuais do tipo “porquinho prático” (não explicou o que isso queria dizer). Um jornal colocou a notícia da primeira conferência (a minha) no caderno de política, sob a rubrica “Escândalo do Mensalão”, com direito a foto etc.

A segunda ordem de fatos está diretamente relacionada comigo. Quando publiquei o artigo sobre o “caso Waldomiro”, um jornalista escreveu uma coluna na qual me dirigiu todo tipo de improperios e usou expressões e adjetivos com que me desqualificava como pessoa, mulher, escritora, professora e intelectual engajada.

Não respondi. Apenas escrevi o segundo artigo, sobre a reforma política, e dei por encerrada minha intervenção pública por meio da imprensa. A partir de então, além de não publicar artigos em jornais, decidi não dar entrevistas a jornais, rádios e televisões (dei entrevistas quando tomei posse no Conselho Nacional de Educação porque julgo que, numa República, alguém indicado para um posto público precisa prestar contas do que faz, mesmo que os meios disponíveis para isso não sejam os que escolheríamos). A seguir, veio a doença de minha mãe e, depois, a crise política como espetáculo.

No entanto, paradoxalmente, não fiquei fora da mídia: houve, por parte de jornais, revistas, rádios e televisões, solicitações diárias de entrevistas e de artigos; a matéria jornalística “O silêncio dos Intelectuais”, não tendo obtido entrevista minha, citava trechos de meus antigos artigos de jornal; matérias jornalísticas sobre o PT e sobre os intelectuais petistas trazi-

am, via de regra, uma foto minha, mesmo que nada houvesse sobre mim na notícia.

Finalmente, quando se iniciou o ciclo sobre o silêncio dos intelectuais, um jornal es-

tampou minha foto, colocou em maiúsculas NÃO FALO (resposta que dei a um jornalista que queria uma entrevista quando da reunião dos intelectuais petistas com Tarso Genro, em São Paulo) e o colunista concluía a matéria dizendo que o silêncio dos intelectuais petistas era, na verdade, o silêncio de Marilena Chauí, o qual seria rompido com a conferência [“Ciclo expõe mal-estar e silêncio da academia”, reportagem da Folha em 21/08/2005].

Resultado: jornais e revistas, com fotos minhas, não deram uma linha sequer sobre a conferência, mas pinçaram trechos dos debates, sem mencionar as perguntas nem dar por inteiro as respostas e seu contexto, transformando em discurso meu um discurso que não proferi tal como apresentado.

E entrevistaram tucanos (até as vestais da República,

Álvaro Dias e Artur Virgílio!!!), pedindo opinião sobre o que decidiram dizer que eu disse! E os entrevistados opinaram!!! Num jornal do Rio de Janeiro e num de São Paulo, FHC disse uma pérola, declarando que por não entender de Espinosa, não fala nem escreve sobre ele e que eu, como não entendo de política, não deveria falar sobre o assunto. Como vocês podem notar, o princípio democrático, segundo o qual todos os cidadãos são politicamente competentes, foi jogado no lixo.

Qual é o sentido disso? Deixo de lado o fato de ser mulher, intelectual e petista (embora isso conte muitíssimo), para considerar apenas o núcleo da relação estabelecida comigo. A mídia está enviando a seguinte mensagem: “Somos onipotentes e fazemos seu silêncio falar. Portanto, fale de uma vez!” É uma ordem, uma imposição do mais forte ao mais fraco. Não é uma relação de poder e sim de força.

Vocês sabem que a diferença entre a ordem humana, a ordem física e a ordem biológica (para usar expressões de Merleau-Ponty [filósofo francês, 1908-1961]) decorre do fato de que as duas últimas são ordens de presença enquanto a primeira opera com a ausência. As leis físicas se referem às relações atuais entre coisas; as normas biológicas se referem ao comportamento adaptativo com que o organismo se relaciona com o que lhe é presente; mas a ordem humana é a do simbólico, ou seja, da capacidade para relacionar-se com o ausente.

É o mundo do trabalho, da história e da linguagem. Somos humanos porque o trabalho nega a imediateza da coisa natural, porque a consciência da temporalidade nos abre para o que não é mais (o passado) e para o que ainda não é (o futuro), e porque a linguagem, potência para presentificar o ausente, ergue-se contra nossa violência animal e o uso da força, inaugurando a relação com o outro como intersubjetividade.

Num belíssimo ensaio sobre “A Experiência Limite”, Blanchot [Maurice Blanchot, escritor e crítico francês, 1907-2003] marca o lugar preciso em que emerge a violência na tortura de um ser humano. A violência não está apenas nos suplícios físicos e psíquicos a que é submetido o torturado; muito mais profundamente ela se encontra no fato horrendo de que o torturador quer forçar o torturado a lhe dar o dom mais precioso de sua condição humana: uma palavra verdadeira.

NÃO FALO.

Vocês já leram La Boétie [Étienne de la Boétie, filósofo francês, 1530-1563, amigo do filósofo Michel de Montaigne]. Sabem que a servidão voluntária é o desejo de servir os superiores para ser servido pelos inferiores. É uma teia de relações de força, que percorrem verticalmente a sociedade sob a forma do mando e da obediência. Mas vocês se lembram também do que diz La Boétie da luta contra a servidão voluntária: não é preciso tirar coisa alguma do dominador; basta não lhe dar o que ele pede.

NÃO FALO.

A liberdade não é uma escolha entre vários possíveis, mas a fortaleza do ânimo para não ser determinado por forças externas e a potência interior para determinar-se a si mesmo. A liberdade, recusa da heteronomia, é autonomia. Falarei quando minha liberdade determinar que é chegada a hora e a vez de falar.”

Marilena Chauí

CPI da Educação

Novos depoimentos aprofundam investigações

Em depoimento na CPI da Educação, o professor Antônio César, ex-presidente da Comissão de Licitação da Secretaria, denunciou o pagamento de propina da faculdade Uniceub para garantir o contrato com a Secretária de Educação para o projeto Professor Nota 10. Segundo ele, esse era o nome do projeto porque a propina era de 10% sobre o valor total do contrato, que foi de R\$ 30 milhões.

Ele não soube explicar para quem foram os R\$ 3 milhões, mas disse que os membros da CPI terão respostas mais claras se a ex-secretária, Maristela Neves e a atual Vandercy Camar-

gos contarem o que sabem. César levou à CPI novas gravações. Os integrantes da comissão deram um prazo de 72 horas para que o denunciante apresente as gravações integrais à CPI, para verificar a veracidade dos diálogos. No mês passado, a Polícia Federal confirmou não haver fraude nas gravações apresentadas por ele e por Manoel Carneiro (ex-subsecretário de Educação). A deputada Eurides Brito divulgou laudo da Polícia Civil em que consta edição e cortes da fita.

Para o relator da CPI, deputado Paulo Tadeu, é preciso analisar integralmente as fitas.

“Antônio César tem que passar a cópia integral das gravações para termos uma dimensão exata do que foi dito. Não podemos achincalhar a imagem de quem quer que seja, até porque o relatório ainda não foi concluído”, afirmou Paulo Tadeu. “Essa estratégia dele (Antônio César) apresentar denúncias em conta-gotas ajuda a perder a credibilidade e mais atrapalha a CPI do que ajuda”, disse o relator.

O outro depoente, o ex-assistente de Suporte Educacional da Secretaria de Educação, Igor Teixeira, afirmou, em depoimento à CPI da Educação no último dia 13/09, que as empresas

Juiz de Fora, Jovem Turismo, Andersen e Multipaper fizeram doações à campanha da deputada Eurides Brito, em 2002.

Igor também contou que foram beneficiadas na Secretaria de Educação várias empresas que trabalharam na campanha da deputada, fornecendo material, carros e combustíveis. “Para minha surpresa, depois que eu entrei na Secretaria de Educação, eram as mesmas empresas que trabalhavam lá”, diz Igor da Fonseca. De acordo com o ex-assistente, o material de escritório também ia da Secretaria de Educação para o comitê. “Algumas vezes eram entregues em carros

oficiais. O Fiat da Secretaria levava todo o material do jeito que eu tinha pedido”, disse o depoente.

Ele trabalhou na Secretaria de Educação, entre 2003 e 2004, e garante que foi exonerado porque depôs contra a prestação de contas da deputada no Ministério Público. Depois disso, foi ameaçado. “Eu havia recebido uma ligação do Coronel Dirlei me avisando que se eu mudasse o meu depoimento no Ministério Público eu continuaria exercendo o meu cargo de comissão. Falei que não mudaria, que não iria mentir. Então, foi concretizada a minha exoneração em setembro de 2004”, enfi-

za Igor Teixeira da Fonseca. As informações são do gabinete do deputado Augusto Carvalho e Paulo Tadeu.

Em nota, a deputada Eurides Brito disse que Igor Teixeira repetiu na CPI da Educação as mesmas mentiras que já havia contado ao promotor Alexandre Sales, em depoimento ao Ministério Público, no ano passado. A deputada garante que ele nunca recebeu ligações de assessores dela. Ela disse ainda que isso foi apurado quando houve a quebra dos sigilos telefônicos do gabinete da deputada e nenhuma ligação foi encontrada.

Dia a dia

Secretaria de Educação força substituição de professores

A Secretaria de Educação está obrigando os professores que estão em horário de coordenação e projeto a substituírem os colegas que tenham faltado ao trabalho.

Essa é uma atitude antipedagógica que prejudica em muito o aprendizado dos alunos. Em um mesmo dia os alunos podem ter até três professores!

Se, por acaso, o professor titular ficar impossibilitado de trabalhar, quantos professores os alunos terão? Se ficar uma semana impedido,

poderão ser até 15 professores!

É essa a qualidade de ensino que a Secretaria defende? Além disso, os próprios projetos pedagógicos ficam prejudicados, pois os professores deixam de trabalhar com planejamento de sua aula no momento de coordenação para substituir os ausentes.

Algumas direções, por conta da ação da Secretaria, estão tentando obrigar os professores a fazer essas substituições. Em uma Escola Classe do Gama os professores que se recusaram a substituir os outros levaram falta, com desconto

em seus contracheques, apesar de estarem trabalhando em coordenação e projeto. Neste caso o Sinpro ingressou na Justiça questionando a legalidade de um desconto de ponto com o professor dentro da escola, trabalhando. No Caic São Sebastião essa situação está acontecendo e estamos tomando as medidas cabíveis.

O Sinpro orienta os professores a seguirem os exemplos dos companheiros do Gama e de São Sebastião, recusando-se a substituir os ausentes caso estejam em horário de projeto e coordenação.

Educadores do Recanto das Emas denunciam dificuldades

Brigas de gangues, bebidas alcoólicas, pichações, roubos e até mesmo consumo e venda de drogas nas intermediações e ocasionalmente na própria escola têm dificultado sobremaneira o dia a dia do Centro de Ensino Fundamental 111 do Recanto das Emas. A denúncia é da equipe de educadores da escola em carta aberta à comunidade.

Os educadores destacam que têm nove classes de aceleração – que requerem material pedagógico diferenciado e um trabalho pontual. Além disso, explicam, a escola possui cerca de 59 alunos em condições de liberdade assistida, que requerem preparo adequado.

A carta aberta deixa claro que não responsabiliza ninguém individualmente pelos fatos ocorridos, mas sim que conclama a comunidade a colaborar na construção de uma escola cidadã, sob pena de colocar em risco o término do ano letivo.

Cenário de guerra em escola da Ceilândia

Quadras sem telhado, banheiros sem a menor condição de uso, biblioteca cheia de entulhos e restos de móveis, muros e cercas quebradas. O que mais parecia cenário de guerra é, na verdade, uma escola que atende a crianças e adolescentes na Ceilândia.

A precariedade do Centro de Ensino Médio 7, de Ceilândia, foi atestada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa que, em parceria com a Vigilância Sanitária, o Sindicato dos Professores do DF e o Sindicato dos Auxiliares das Escolas Públicas do DF realizou, na última quarta-feira (14), uma blitz para apurar a situação denun-

ciada pelos estudantes.

Junto com o retrato do abandono por parte da Secretaria de Educação, a comissão observou ainda a falta de cuidado e de organização por parte da administração, justificada pela direção pela falta de pessoal.

“Isso é um crime contra crianças e adolescentes”, denuncia a presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, deputada Erika kokay, que contesta, ainda, a falta de oportunidade dos alunos, de disputar em par de igualdade uma vaga na universidade.

Após a visita da comissão, a secretaria enviou à escola uma equipe para avaliar o centro educacional.

Sarau de aposentados



O Sinpro vem promovendo uma série de saraus com os aposentados, debatendo as lutas da categoria, a reforma da Previdência, o futuro plano de Saúde e outros temas relevantes para os professores

Dicas do QN

Que tal filmes que falam sobre nossa profissão?

Não é de hoje que a sétima arte vem retratando professores. Um dos filmes que mostra essa identidade de forma dramática, porém brilhante, é *Ao Mestre Com Carinho*. A história relata o dia-a-dia de um professor negro lecionando para uma turma de adolescentes rebeldes numa escola pública da periferia de Londres. Outro longa-metragem que mostra o mestre como referência de seus alunos é *Conrack*, em que um professor branco vai trabalhar numa escola destinada a crianças negras.

Os filmes *Mr. Holland, adorável professor*, em que um músico aceita lecionar, e *Um novo ho-*

mem, que narra o cotidiano de um publicitário desempregado dentro da sala de aula, exploram a descoberta do magistério com maturidade.

O filme referência sobre um revolucionário na educação é *Sociedade dos Poetas Mortos*. A obra ganhou Oscar de melhor roteiro original.

Filmes em que o professor faz a diferença e vale a pena assistir são: *Garotos incríveis*, *Anna e o Rei*, *Uma Lição de Vida*, *O Sorriso de Monalisa*, *Minha vida em suas mãos*. Já o gênero comédia tem títulos como *O professor alopchado*, *Será que ele é?*, *entre outros*.

Professor vence concurso de contos

Professor de Artes no Centro Educacional 06 e História no Centro de Ensino Fundamental 13, ambos no P Sul, Ceilândia, Vicente Melo foi o primeiro colocado no Prêmio Sesc de Contos Machado de Assis, edição 2005. “Os estultos” é o nome do seu conto, que retrata a história, tantas vezes repetida no país, dos políticos que exploram a miséria humana para se eleger.

A coletânea com os 15 melhores contos pode ser encontrada nas bibliotecas públicas e do próprio Sesc.

Permutas

Nome: Kely Cristine
Disciplina: Matemática 40 h (jornada ampliada)
Escola: CEF 08 do Guará
Permuta para: Asa Sul (matutino)
Telefone: 8132.2043

Permuta para: Guará
Telefone: 3568.1357

Nome: Carla Gabriela de Oliveira
Disciplina: Atividades
Escola: CEF Mestre D’armas Planaltina
Permuta para: Plano Piloto/Cruzeiro/Var-jão
Telefone: 3389.2869/8422.0702

Nome: Maria Delma
Disciplina: Língua Portuguesa
Escola: CED 03 de Sobradinho
Permuta para: Asa Norte
Telefone: 3389.6079

Nome: Joana Pereira
Disciplina: Atividades
Escola: CELAN – Lago Norte
Permuta para: Gama
Telefone: 8115.0708/3242.5450

Nome: Karla Varandas
Disciplina: Atividades
Escola: CEF 104 Recanto das Emas
Permuta para: Plano Piloto
Telefone: 3226.4893/8409.0599

Nome: Graziella Paula
Disciplina: Atividades
Escola: EC 64 Ceilândia (antiga Escola Normal)
Permuta para: DRE N.Band./Taguatinga Sul
Telefone: 3036.1289/8119.4598

Nome: Wanderson Ferreira
Disciplina: Inglês
Escola: CEF 427 Samambaia 40 h (jornada ampliada)
Permuta para: 20 h noturno em Ceilândia
Telefone: 3475.5265/8432.6573

Nome: Neusa Vicente da Silveira
Disciplina: Atividades ou Língua Portuguesa
Escola: CEF Nossa Senhora de Fátima
Permuta para: Guará/Cruzeiro/N. Bandeirante
Telefone: 9696.5316/9983.7359

Nome: Marli Alves dos Santos
Disciplina: Atividades
Escola: CEF Mestre D’armas Planaltina
Permuta para: Plano Piloto
Telefone: 9918.1063

Kerluce Paiva – Atividades 40 horas (Diurno)
Escola: EC 01 – Lago Sul (Atrás do Gilberto Salomão) Regência no matutino com Escola Parque
Permuta para: GRE de Taguatinga ou Guará
Telefone: 3345-0790 – 9935-0281

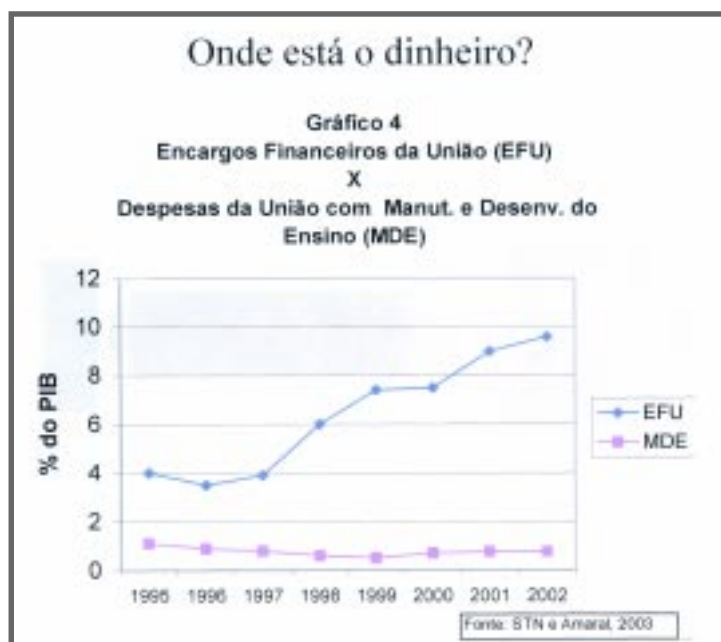
Nome: Sandra Gomes
Disciplina: Geografia
Escola: CEF 104 Norte

IV Conferência de Educação no DF aponta novos caminhos

Organizar novos espaços de discussão das questões educacionais, ampliar o debate sobre projetos político-pedagógicos e fazer uma ampla campanha de valorização da coordenação pedagógica foram algumas das propostas apresentadas pelos participantes da IV Conferência de Educação do Distrito Federal, encerrada no último 18 de setembro.

Realizada pelo Sindicato dos Professores no DF, a conferência teve como palestrante da abertura o professor Luiz Dourado, que ressaltou a importância da organização da escola como espaço de construção coletiva. Além dele fizeram palestras os professores José Marcelino Pinto, Erasto Fortes Mendonça, Arlindo Cavalcante Queiroz, Najla Veloso e a Zuleide Araújo Teixeira do CFE-MEA.

A professora Najla Veloso abordou, entre outros,



o aumento em um ano do ensino fundamental. Segundo ela, é uma iniciativa positiva, desde que “não seja visto como punição para o educando e mais lentidão para o processo pedagógico.”

Lembrou, ainda, que vários outros objetivos devem ser perseguidos, tais como a ampliação na proposta

pedagógica do sistema, a modificação do conceito de currículo e dos objetivos a serem alcançados, haja acompanhamento sistemático e permanente avaliação do processo.

A professora destacou que “o acesso mais cedo ao ambiente educativo de qualidade produz benefícios para a escolarização da criança”, ao mesmo tempo em

PARA REFLETIR:

Retrato da Educação Básica no Brasil:

- Dos 1,23 milhão matriculados em creches, só 755 mil têm até três anos;
- 466,5 mil têm de quatro a seis e deviam estar em pré-escolas;
- 13.771 têm entre sete e nove e deviam estar no ensino fundamental;
- 1,9 mil têm mais de nove (sem comentários);
- Nas pré-escolas, 175,4 mil têm até três anos e deviam estar em creches;
- 4.563.522 têm entre quatro e seis;
- 413.875.875 têm entre sete e nove;
- 2.870, mais de nove.

Enquanto isso ...

- A repetência alcança 36% dos alunos da primeira série do ensino fundamental.
- Mais de 19% já passaram dos sete anos e a distorção idade-série progride até atingir 40,6% na oitava série.
- Na quarta série, mais de 50% dos alunos testados pelo SAEB estão em estágios críticos de aprendizado e, segundo o INEP, uma causa para o fraco desempenho é não haverem frequentado a educação infantil.
- Pesquisa do IPEA já constatou que cada ano na pré-escola amplia em 0,4 anos a escolaridade de crianças pobres (e em 4% seu poder de compra, quando adultos).

(Magno de Aguiar Maranhão - Presidente da Associação de Ensino Superior do Rio de Janeiro. Disponível em www.nota10.com.br/opinioao/2005/janeiro/17jan.)

05.03.2005

Profa. Najla Veloso
Sinpro-DF

O Ensino Fundamental em nove anos em debate

que representa a ampliação dos recursos e do atendimento, oferecendo mais oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória.

O professor Erasto Fortes Mendonça destacou que a riqueza do Projeto Político Pedagógico, ao abordar as políticas públicas de educação, “está no seu processo de elaboração coletiva”

e que este deve constituir-se a partir de “um amplo planejamento que engloba os diferentes níveis de planejamento da escola, buscando uma transformação do cotidiano escolar”.

Ele avalia que as políticas educacionais implementadas no final do século XX e início do XXI se deram sob o avanço do ideário neoliberal e, portanto, a orienta-

ção de organismos internacionais. Apesar disso, afirmou, “importantes bandeiras e lutas dos trabalhadores em educação têm sido continuamente assimiladas e recuperadas”, mas de forma a colocá-las num campo político distinto daqueles que lutam pela construção de uma educação e de uma escola mais aberta, plural, inclusiva e democrática.

Programa de computador auxilia na alfabetização de crianças surdas



A maior dificuldade enfrentada na alfabetização dos alunos surdos é a complexidade inerente da Língua Portuguesa. Alguns chegam a passar três, quatro anos numa mesma série e por isso desistem. Preocupada com a questão, a professora Olga Freitas “quebrou” a cabeça para tentar encontrar uma alternativa de aquisição que desse mais eficácia à aprendizagem dos seus alunos na Escola Classe 308 Sul.

Após conversar com o professor Domingos Sávio Coelho, do Instituto de Psicologia da UnB (Universidade de Brasília) surgiu a ideia de desenvolver um programa de computador que estimulasse essa aprendizagem.

Em primeiro lugar, ela percebeu que ensinar alunos surdos por silabação não era o melhor caminho, simplesmente porque eles

não conhecem a fonética, pois não escutam. Numa aula tradicional para surdos primeiro é mostrada a figura junto com a palavra, mas a imagem se sobrepõe a palavra, porque prevalece a máxima “uma imagem vale mais que mil palavras”. A tendência é o aluno se concentrar na imagem e não apreender a palavra correspondente. No programa, e nas aulas presenciais, foi invertida essa lógica: primeiro o aluno reconhece a palavra e sua correspondência em Libras, e só depois vê a imagem. Os alunos já estão melhorando sensivelmente sua aprendizagem e alguns se alfabetizarão em dois anos, o que é um excelente resultado para esse segmento.

Para desenvolver o programa, a professora contou com recursos do CNPq e da UnB. Os alunos já usam o programa em sala de aula

e brevemente ele estará disponível na Internet. O mais positivo é que o aluno se sente mais confiante. “Não que a máquina diminua a necessidade da presença do professor, mas faz com que o aluno se sinta mais autônomo”, ressalta a professora. Vale lembrar que a aquisição do conhecimento da Língua Portuguesa é fundamental para a inclusão dos surdos no mercado de trabalho.

A inovação da proposta rendeu aos idealizadores uma verba do Ministério da Ciência e Tecnologia, através do Finep, e segundo a professora, a intenção é adquirir mais computadores e investir no aperfeiçoamento do programa, inclusive para que ele auxilie o professor. A ideia é disponibilizar o método para que cada vez mais surdos possam utilizá-lo.



Escola Normal de Taguatinga desenvolve projeto inovador

A partir do interesse pela poesia demonstrado pelos alunos de sua turma de 3ª série do ensino fundamental, a professora Elineide Rodrigues desenvolveu na Escola Normal de Taguatinga um projeto que une pesquisa, tecnologia da informação e literatura para auxiliar o aluno na construção do pensamento e da argumentação. Numa primeira etapa ela estimulou a pesquisa, na Internet ou nos livros, sobre as características do poema e da poesia.

Usando um vídeo da TV Escola sobre a construção de Brasília, os alunos passaram a pesquisar os poetas da cidade e passaram a criar seus próprios textos. A partir de uma palestra de Leda Freitas sobre tecnologia

da informação, em que ela relatou a sua experiência como educadora à distância da Universidade Católica, os alunos se interessaram pelos vulcões do Chile, um dos países em que a professora tem alunos.

Um assunto puxa o outro e o interesse pelos vulcões gerou uma aula prática de Química, em que os alunos puderam conhecer os mecanismos que levam um vulcão a entrar em erupção. Da mesma forma uma visita à Livraria da Rodoviária, que disponibilizou seu acervo para que os alunos fizessem suas pesquisas, possibilitou uma aula de Matemática em que os alunos criaram os problemas tendo como base o preço dos livros.

“O mais interessante de todo o trabalho é ver como os alunos começam

a aprender a pensar, a argumentar, a se posicionar sobre os assuntos e temas que são desenvolvidos”, ressalta Elineide. Estimular o espírito investigador da criança foi um dos objetivos plenamente atingidos com o projeto. Na opinião de Elineide, a criança de hoje recebe muitos estímulos e para ser interessante a escola tem que também traduzir essa diversidade.

“Apesar de todas as mazelas que assolam o ensino público, em especial no DF, acredito que é preciso respeitar a inteligência do aluno, porque se quisermos mudar a sociedade temos que começar pelas crianças, seres humanos em formação”, entende a professora.